

CETICISMO E CONTEXTUALISMO: UMA DIVERGÊNCIA EPISTEMOLÓGICA

ANA LAURA RAMOS¹

RESUMO: O presente trabalho visa colocar em debate a perspectiva cética de Walter Sinnott-Armstrong com a perspectiva contextualista de Mark Timmons, explicitando como o contextualismo pode responder a críticas céticas propostas pelo primeiro, na medida em que questiona a base epistemológica tradicional, desinflationando conceitos como justificação, positividade e evidência.

PALAVRAS-CHAVE: Epistemologia; Contextualismo; Ceticismo

OBJETIVO

O presente trabalho visa colocar em debate a perspectiva cética de Walter Sinnott-Armstrong com a perspectiva contextualista de Mark Timmons, explicitando como o contextualismo pode responder as críticas céticas propostas pelo primeiro, na medida em que questiona a base epistemológica tradicional, desinflationando conceitos como justificação, positividade e evidência.

INTRODUÇÃO

Conversar sob a ótica da perspectiva moral parece ter sido e ainda ser uma fonte de inúmeras

e apaixonadas controvérsias. Lê-se em um jornal nos dias ocidentais de hoje que uma criança foi morta e a indignação é a primeira a manifestar-se, “é errado o infanticídio”! Em outras épocas, as épocas da Roma Clássica, por exemplo, ou ainda em tribos indígenas, quando se tinha o nascimento de gêmeos, matar uma criança parecia mais do que adequado, parecia ser o correto a ser feito. Se pensarmos em exemplos não temporalmente distanciados, tem-se que a relação homoafetiva é completamente condenada em certas culturas como sendo “imoral”, não o sendo há muito para nós e para grande parte da cultura ocidental contemporânea.

Poder-se-ia seguir com uma lista enorme de exemplos de disputas morais, disputas acerca daquilo que é *verdadeiramente* bom ou mau, certo ou errado. Mas como ganhar essa discussão? Adentrar no campo da metaética parece ser justamente adentrar na árida vereda de tentativa de resposta a essa pergunta. Perguntar-nos não acerca de qual perspectiva substantiva está correta, mas, acerca de como é possível determinar a correção em se tratando de tais assuntos, assumindo uma postura investigativa acerca de crenças de segunda ordem, sendo estas morais ou não, que fossem capazes de justificar o discurso moral que é feito por um agente. É visando dar cabo desta querela que são levantadas questões metafísicas, semânticas e epistemológicas acerca do conhecimento moral. Há conhecimento moral? Se há, como o alcançamos?

Uma definição clássica de conhecimento propõe que um indivíduo I sabe que P se I possui uma crença B, esta crença B é verdadeira e está justificada. Deixaremos de lado, neste trabalho, o debate epistemológico sobre a veracidade desta definição de conhecimento, assim como o inquérito acerca da verdade². Nos dedicaremos à perspectiva da justificação, a nosso ver já polêmica o suficiente para a extensão permitida ao nosso desenvolvimento, além do fato de ser esta perspectiva aquela que mais interessa aos autores que colocaremos aqui em diálogo: Walter Sinnott-Armstrong e Mark Timmons. De acordo com as palavras do primeiro:

Justified Belief is especially important in moral epistemology because most people are concerned not to call other people's acts morally wrong unless they are at least justified in believing that those acts are morally wrong. (SINNOTT-ARMSTRONG, 2006, p. 63).

Quando consideramos uma pessoa justificada em asserir certas proposições ou con-

sideramos suas crenças justificadas em serem suportadas, damos assentimento a essa pessoa em seu posicionamento; parecemos querer dizer que esta pessoa possui razões para que sustente seu posicionamento. Deste modo, nosso caminho argumentativo irá, primeiramente, retrair as divisões propostas no livro *Moral Skepticism*, de Sinnott-Armstrong, entre as diversas formas em que uma crença pode estar justificada, apontando qual a posição do seu ceticismo pirrônico, para que, posteriormente, apresentando a proposta contextualista de Timmons, em *Morality Without Foundations*, possamos perceber as exigências que a postura cética faz ao contextualismo. Passada esta primeira etapa, esboçaremos como o contextualismo possivelmente responde aos desafios específicos, deixando uma reflexão acerca da possibilidade de resposta contextualista a desafios mais genéricos³, de modo que a resposta dada apenas pode ser compreendida segundo uma postura que abandona uma perspectiva epistemológica tradicional, propondo novos parâmetros justificadores. Em meio a nossa argumentação, refletiremos também acerca do quão distante a posição cética pirrônica está do contextualismo de Timmons, com base em um artigo de Sinnott-Armstrong, anterior ao seu livro, a partir do qual, parece ser mitigada a distância entre as posições na medida em que o ceticismo pirrônico parece ser mais amplo e flexível do que outros ceticismos.

CAMINHOS PARA JUSTIFICAÇÃO E SEU FIM NA APORIA CÉTICA

Mais de um são os modos em que se pode atribuir justificação a um indivíduo. Para pensar a possibilidade de crenças morais justificadas é feita uma subdivisão entre quatro formas de se estar justificado: (1) Instrumentalmente x Epistemicamente; (2) Permissivamente x Positivamente; (3) Superficialmente x Adequadamente; (4) Pessoalmente x Impessoalmente.

(1) Estar justificado instrumentalmente é estar justificado segundo as consequências benéficas que determinado estado mental de possuir uma crença pode acarretar. Ou seja, a crença é justificada na medida em que provoca uma consequência positiva. Mas, estar justificado em função das suas consequências não garante a verdade (nem mesmo a probabilidade de verdade) desta crença. Assim, um cético⁴ pode sustentar que crenças morais são instrumentalmente justificadas, pois exercem uma função social positiva, o que não quer dizer que estas crenças sejam verdadeiras. Em oposição a estar instrumentalmente justificado pode-se estar epistemicamente justificado, o que requer um atrelamento necessário com a **verdade**, de modo que para que a verdade seja sustentada serão necessárias **evidências**⁵ (mencionaremos este ponto sobre a verdade mais adiante, depois de explicitadas todas as possibilidades de justificação).

(2) Diferentemente de estar permissivamente justificado, estar positivamente justificado exige que se tenha uma **evidência verdadeira**, uma vez que a própria crença não pode se sustentar a si mesma. Pode-se aplicar esta distinção ao exemplo religioso de maneira bastante coerente: algum indivíduo que crê em alguma divindade porque tem fé está justificado permissivamente (é permitido que ele sustente sua crença); contudo, não se está positivamente justificado, uma vez que a fé não é nenhuma evidência garantidora de verdade, mas, apenas um pressuposto da própria crença, parte de própria crença sustentada.

(3) Seguindo as possibilidades de justificação, pode-se estar justificado superficialmente, o que quer dizer que é possível que se tenha uma crença sustentada por uma evidência fraca ou incerta. A adequação da justificação se dá quando a **evidência** não é neutra em relação a duas crenças contraditórias; não foi enfraquecida por nenhuma informação adicional e não “levanta questões”, dúvidas acerca de sua legitimidade, sendo adequada por se sustentar de maneira

mais robusta (mais atrelada à **verdade**, com evidências de grau mais confiável). Aqui, o nível de força, de robustez, que uma evidência terá irá depender da questão que lhe é colocada, de modo que, para os céticos nenhuma crença moral se justifica adequadamente.

(4) Por fim, estar pessoalmente ou pessoalmente justificado é um problema que se relaciona com as fontes de crença que se tem, uma vez que o conhecimento exigiria uma boa fonte de crenças, que fornecesse **evidências adequadas** (como mostra a exigência (3)). Estar justificado dependerá, aqui, da relação de adequação das crenças com os padrões e as informações que um indivíduo possui, de modo que não é exigida certeza, um indivíduo não precisa ter todas as informações relevantes para excluir possibilidades contraditórias (é possível que um agente esteja justificado na primeira pessoa, mas, não na terceira pessoa). Assim, estar pessoalmente justificado se dá quando há um compartilhamento de padrões e informações disponíveis. Aqui, é importante apontar que “(...), *most skeptics are not trying to show that believers are irresponsible or at fault or bad as believers, so they would be satisfied if they could show that believers are never impersonally justified.*” (SINNOT-ARMSTRONG, p. 73, grifo meu).

Tendo visto as distinções feitas por Sinnot-Armstrong, percebe-se que há uma oposição entre estar justificado de um modo simplificado e estar justificado de um modo que exige recorrência a evidências e uma vinculação com a verdade (como as palavras em destaque visam explicitar). O autor aponta, contudo (como foi colocado na primeira nota de rodapé), que a crença verdadeira é insuficiente, exige-se a justificação para que ela seja transformada em conhecimento. Mas, a justificação, pelo que vimos, parece estar atrelada a uma verdade sustentada evidencialmente, pelo menos a justificação no sentido robusto desejado pelos

céticos. E como a questão da natureza das evidências que seriam suficientes para garantia de verdade permanece em aberto no livro, o caminho inevitável legado à moralidade, pelo autor, será o ceticismo, uma vez que a justificação exige evidências que a vinculem com a verdade, mas, tais evidências que alcançam uma verdade moral existiriam? O que pode provar que o infanticídio é errado ou que a prática homossexual não é errada? Buscando a justificação, parece que chegamos a uma aporia pelo caminho do autor, se esta justificação se atrela com as noções da epistemologia clássica de “evidência” e “verdade”.

Tendo visto que a justificação exige relação com a verdade por meio de evidências, o autor de *Moral Skepticism* conclui: “*Our topic, then, will be whether and how moral beliefs can be wholly, adequately, positively, and epistemically justified.*” (SINNOTT-ARMSTRONG, 2006, p. 73)⁶.

A busca por esta justificação robusta parece não ter sido alcançada por nenhuma das vertentes metaéticas e parece ser isso que o autor deseja expor; não haveria conhecimento possível da moralidade, o que como ele admite não nos leva a um estado de natureza violento, irresponsável, egoísta. Mas, ainda é possível (preciso) agir moralmente, mas, tais ações não expressam concordância com um conhecimento factual, objetivamente verdadeiro, ao qual se tem acesso, o que se prova tamanhas as divergências morais vividas ao longo de toda a história humana. Todavia, negar a possibilidade de conhecimento moral incomoda a maioria dos agentes, uma vez que parecemos acreditar em uma verdade moral capaz de guiar nossas ações para com os outros. Antes de adentrarmos neste impasse, precisaremos distinguir os tipos de ceticismo que a negação do conhecimento moral nos lega, o ceticismo acadêmico e o ceticismo pirrônico. Só assim poderemos debater com as especificidades do argumento do autor.

O FIM DO CAMINHO CÉTICO: NEGAÇÃO OU SUSPENSÃO?

Vimos as possibilidades de justificação de uma crença pelo autor e sua concomitante exigência de justificação robusta. O caminho traçado de busca pela justificação, segundo a argumentação cética, nos levará necessariamente a uma aporia, pois, “*Its goal is to lay out all of the ways in which a person might be justified in believing something and then argue that none of them Works.*” (SINNOTT-ARMSTRONG, 2006, p. 74).

Nenhuma das formas de justificação será capaz de funcionar na medida em que, como vimos, a exigência cética se dá com vista a uma justificação epistêmica, positiva, adequada e impessoal. Assim, exige-se um vínculo necessário com a verdade. Verdade que será garantida como? Fatos morais? De que natureza? Como os acessamos? Os céticos negarão qualquer tentativa de resposta para a justificação, lançando mão de dois argumentos, basicamente.

Para explicitar a não funcionalidade de qualquer tentativa de justificação, tem-se o argumento do regresso, segundo o qual toda crença deve poder ser inferida de outra crença, visando alcançar a razão que a sustenta⁷. Assim, tem-se uma cadeia inferencial *ad infinitum*, visto que uma crença sempre exigirá outra como premissa da qual pode ser derivada, estabelecendo um regresso que leva à conclusão de que nenhuma crença moral está verdadeiramente justificada.

O segundo mais famoso argumento cético é aquele que propõe o cenário ou hipótese cética, de modo que seja estabelecido um argumento que não pode ser descartado por nenhuma tese filosófica. A hipótese cética mais famosa e difundida é a hipótese cartesiana do gênio enganador, segundo a qual não se pode obter conhecimento do mundo exterior, uma vez que há a possibilidade de que um desse esteja enganando meus sentidos e condicionando

minha formação de crenças. Tal hipótese cartesiana parece extremamente absurda aos olhos da maioria das pessoas, o que inclui a maioria dos filósofos, contudo, Sinnott-Armstrong irá propor um cenário cético alternativo a este, para o caso moral, tão plausível que é defendido por outras tantas pessoas: o niilismo.

Moral Nihilism = Nothing is morally wrong, required, bad, good, etc.

This hypothesis is constructed so as to leave no way to rule it out. Since moral nihilists question all of our beliefs that anything is morally wrong, and so on, they leave us with no moral starting points on which to base arguments against them without begging the question at issue. (SINNOTT-ARMSTRONG, p.79).

É propondo a hipótese cética niilista que Sinnott-Armstrong alcançará um argumento no qual se deterá por um capítulo inteiro de seu livro, a noção de classes de contraste, a partir da qual assumirá uma postura metacética através do ceticismo pirrônico de suspensão das crenças.

What is a contrast class? It is merely a set of propositions, which are potential belief contents, but the members of a contrast class must meet certain restrictions: First, a contrast class must include the belief at issue. (...) Second, every contrast class must include at least one other belief; (...) Third, members of contrast classes must conflict in some way; (...) I will assume that members of a contrast class must be contraries in the sense that both cannot be true. (SINNOTT-ARMSTRONG, p. 85).

Assim, estabelecer classes de contraste é estabelecer um processo comparativo entre os conteúdos proposicionais que são possíveis de serem incluídos nas crenças morais dos indivíduos. Deste modo, o cenário cético do niilismo irá figurar como uma das opções de conteúdo proposicional de crenças, de modo que ele deve, assim como todas as outras possibilidades, ser descartado para que uma crença emergja como justificada. De modo que *“Someone, S, is justified*

en believing a proposition, P, out of a contrast class, C, when and only when S is able to rule out all other member of C but is not able to rule out P” (SINNOTT-ARMSTRONG, 2006, p. 86).

Assim, uma crença se vê justificada quando é capaz de permanecer dentro de uma classe de contraste onde todas as demais foram descartadas. Incluir o niilismo em uma classe de contraste é, então, problemático, uma vez que a hipótese cética não pode nunca ser descartada. E não podendo ser descartada, isto é, não podendo concluir que o niilismo é falso, concluir-se-ia, para muitos céticos, que, em oposição, as ausências de justificção e falsidade estariam nas crenças morais⁸.

Dentro do argumento das classes de contraste é possível distinguir invariantistas de contextualistas, assim como céticos acadêmicos de céticos pirrônicos. Primeiramente, os invariantistas são aqueles que propõem a existência de uma única classe de contraste relevante para os debates, sendo que haveria invariantistas moderados (cuja classe de contraste relevante é moderada, não inclui a opção cética) e invariantistas rigorosos (para os quais a perspectiva cética deve ser sempre levada em consideração). É a qualquer invariantista que o contextualismo se opõe, uma vez que percebe a relevância das classes de contraste como sensível a qualquer variação contextual. Há momentos em que a classe de contraste a ser considerada será robusta e irá incluir os argumentos céticos, por mais incômodos que possam ser a uma perspectiva ordinária (em uma aula de filosofia, talvez). Mas, há momentos (provavelmente, a maioria deles) em que se deve dar por satisfeito em levar em conta a classe moderada de contraste, nos quais ela será a mais adequada à busca por qualquer justificção.

O cético acadêmico, ao expor seus argumentos, acaba por se restringir a um tipo de invariantismo, na medida em que como a opção cética não pode ser descartada epistemologica-

mente para se afirmar a justificação robusta de uma crença, então, não se pode crer em nada. A opção cética deve sempre ser levada em conta. É aqui que Sinnott-Armstrong e seu pirronismo assumem um questionamento metacético, visto que suspendem qualquer crença acerca da própria classe de contraste a ser considerada relevante.

My Pyrrhonism also extends beyond theories to cases: I suspend belief among these theories about which alternative and which contrast classes are really relevant, even in particular context. In some context, a certain contrast class might seem relevant, and almost everyone might find it natural to treat that contrast class as relevant, but that is usual because of practical concerns and not because that class really is relevant epistemically. (...) I avoid committing myself to any claim that any alternative really is or is not relevant epistemically. (SINNOTT-ARMSTRONG, 2006, p. 98).

Assim, diferentemente de um cético acadêmico, para o qual os argumentos levariam a uma negação da possibilidade de qualquer conhecimento moral, o cético pirrônico irá suspender os juízos perante a aporia, deixando-nos uma interrogação como resposta.

Tendo visto os padrões de justificação exigidos pelo cético, percebe-se na postura pirrônica uma solução mais flexível e coerente com as práticas epistêmicas tradicionais do que aquela adotada pelo acadêmico. Essa postura de Sinnott-Armstrong parece mais evidente em seu artigo, de 1996, *Moral Skepticism and Justification*, no qual, as divisões entre os tipos de justificação propostas são mais amplas. Há uma divisão entre justificação negativa e positiva; justificação instrumental e evidencial e, a mais interessante a nosso ver, entre justificação ordinária e filosófica. Nesta última subdivisão, que está presente no artigo, mas não se encontra na obra de 2006, o autor parece deixar mais em aberto em que medida o contextualismo não

pode ser aproximado de sua perspectiva, uma vez que ele afirma⁹:

Which contrast class is seen as relevant varies with context and purpose. The variation does not cause trouble, even when no contrast class is specified explicitly, as long as speakers assume contrast classes that are the same or similar enough. However, confusion results when a crucial alternative seems relevant in one context but not in another. (SINNOTT-ARMSTRONG, 1996).

Neste ponto, o ceticismo de Sinnott-Armstrong admite uma interpretação contextualista das classes de contraste, uma vez que, quando discursamos acerca de um tema, no caso a moral, pressupomos um compartilhamento de informações segundo nosso contexto e nosso objetivo, de modo que os debates se instauram sem questionar, ou melhor, sem nem mesmo estabelecer explicitamente qual classe de contraste seria relevante. A classe de contraste relevante parece ser pressuposta ordinariamente nos atos de fala, não é uma preocupação para nós. Parece ser por causa deste ponto, da lida ordinária com os discursos e com as crenças, que Sinnott-Armstrong irá propor um ceticismo pirrônico, no qual não é possível nem mesmo definir qual classe de contraste é relevante, levando à suspensão.

Contudo, a suspensão parece deixar ainda a perspectiva moral aberta ao que poderia ser considerado um relativismo, na medida em que a relevância de classes de contraste parece ser arbitrariamente definida, uma vez que não pode em absoluto definir-se.

Visto isso, uma vez que o contextualismo é apresentado como teoria segundo a qual as classes de contraste relevantes são sensíveis aos contextos, parece comum ser levantada a questão: em que medida o contextualismo não é um relativismo, já que, a definição de uma classe de contraste, de modo cético, parece ser arbitrariamente definida? Adentraremos agora

em uma apresentação contextualista mais detalhada, de modo a poder identificar os problemas emergentes do embate com o ceticismo.

CONTEXTUALISMO?

In opposition to both foundationalist and coherentist views about the structure of justification and knowledge the contextualist claims (...) that justified knowledge is ultimately based on beliefs that are not themselves justified. (...) One such claim (vaguely expressed) is that possession of such epistemic goods as knowledge and justification depends importantly on one's circumstances or 'context', including, in particular, certain facts about one's social group. Unfortunately, 'contextualism' and talk of justification and knowledge being sensitive to context is used to cover a variety of themes and theses – some of them fairly uncontroversial, others quite controversial. (TIMMONS, 1999, p. 182).

Como o próprio Timmons aponta, o contextualismo em suas múltiplas vertentes vem sendo visto de modo muito amplo, adequando-se a tantas outras teses e sendo, por vezes, controverso. Tentaremos explicar de modo básico o contextualismo estrutural naturalista e irrealista deste autor.

Pode-se dizer que, como o fundacionismo e o coerentismo, o contextualismo se insere como proposta que permite o fim do regresso infinito de crenças defendido pelo argumento cético. Assim, quando é dito que é necessário que as crenças sejam inferenciais para se justificarem, de modo que haveria uma cadeia infinita de crenças, o contextualismo defende que há um fim na proposta de justificação. Há crenças em que o indivíduo está justificado em sustentar de modo não inferencial, constituindo um aparato de crenças contextuais básicas que não precisam de justificação. Diferentemente da proposta fundacionista que para o regresso em crenças que são autojustificadas, justificadas *a priori*, o contextualista vê nas crenças contextuais básicas

não um fundamento último, inquestionável, capaz de sustentar eternamente toda uma cadeia de crenças inferenciais. O fim do regresso contextualista encontra-se sem fundamentos, uma vez que as crenças que lá se acomodam não precisam de justificação, não se deve perguntar porquê acredita-se nelas, apenas crê-se de modo que elas não levantem questões, nem mesmo céticas. Segundo o próprio Timmons: “*However, they are contextually basic: they do not represent self-evident moral truths knowable a priori, nor they result from deliverance of some faculty of moral intuition. Rather, their status is relative to context in a way to elaborate below.*” (TIMMONS, 1999, p. 214).

Esta primeira caracterização do contextualismo explicita como será sua resposta ao argumento do regresso e o modo como o contextualista irá se definir como um irrealista moral, uma vez que nega qualquer existência de fatos morais ou propriedades que possam ser acessadas garantindo uma verdade objetiva e imutável. Contra o segundo argumento cético famoso, já esboçamos a resposta contextualista. Contra este argumento, que seria o da hipótese cética irrefutável, o contextualista não terá nenhum problema em dizer que a hipótese cética é irrelevante em muitos contextos, tomando como base um aspecto pragmático do conhecimento (que, como vimos, o cético coloca em detrimento do aspecto epistemológico). A alternativa cética não se põe ordinariamente, visto que, quando surge uma proposição moral, o indivíduo que a obtém “*is engaged in an activity of weighing and balancing various morally relevant considerations – considerations reflected in her general moral beliefs that I have been saying are contextually basic.*” (p. 223). Na medida em que as considerações relevantes são fruto do contexto e são estas que serão pesadas, dificilmente uma hipótese cética será levada em consideração. Pode-se retomar o artigo de Sinnott-Armstrong e sugerir que, quando o autor havia feito a distinção entre

justificação ordinária e filosófica, ele apontava para esse mesmo ponto sugerido por Timmons. Isto é, aquela que figura como classe de contraste relevante, no contexto ordinário, é simplesmente pressuposta, ela é partilhada pelos falantes, e apenas descobrimos se estamos partindo de classes diferentes ao longo da conversa. O fato de a justificação robusta estar colocada do lado filosófico nos faz questionar em que medida seria válida a contestação cética para situações cotidianas, como o comitê de ética em um hospital que precisa decidir, por exemplo, acerca da correção de uma eutanásia ou de um aborto.

Esta breve exposição dos argumentos contextualistas contra os argumentos céticos deixa ainda a desejar, uma vez que precisamos explicitar como, de alguma forma, os contextualistas “mudam a regra do jogo” com relação ao ceticismo, de modo que, por mais próximos que os autores estejam, ao contextualista a suspensão do juízo acerca das classes de contraste não se põe como resposta. Para isso, precisaremos estar atentos e retomar a exposição inicial das formas de justificação exigidas por Sinnott-Armstrong de que se esteja epistemicamente, positivamente, adequadamente e impessoalmente justificado. Se este é o caso para as crenças morais, ao contextualismo podem-se fazer algumas perguntas. Primeiro, ao ver como necessárias duas formas de acomodação para a moral, uma doxástica, relativa às práticas morais usuais, e outra que visa estar de acordo com outras áreas do conhecimento, o contextualista sugere que a hipótese cética não é necessária para que existam tais acomodações. A hipótese cética pode ser descartada em sua relevância de certos contextos, participando apenas de debates bastante restritos.

Se este é o caso, como especificar quais são os contextos em que a dúvida cética pode (ou deve) ser excluída como irrelevante? E ainda, se foi possível identificar tal contexto, como é possível que seja estabelecida uma classe de

contraste moderada que seja a mais adequada para a moralidade? Segundo o ceticismo pirrônico de Sinnott-Armstrong não seriam, com base na teoria contextualista, respondidas tais questões. Isso se dá, pois, determinar quando se exclui o ceticismo exigiria uma regra que permitiria identificar qual contexto seria sensível ao ceticismo ou não. E, ainda, se apenas as classes moderadas estivessem em jogo, apenas uma poderia vigorar como a correta, justificada em qualquer que fosse o contexto.

O que emerge das teses contextualistas é uma variação de relevância das classes de contrastes que irão figurar em cada contexto. Cada contexto possuiria uma classe de contraste relevante de modo que as crenças morais estariam justificadas apenas se olharmos para cada contexto específico, observando suas regras contextuais básicas em orquestração. O valor de verdade das proposições morais, então, seria distinto segundo variações sensíveis que implicariam variações nas classes de contraste. A asserção “o infanticídio é errado” torna-se verdadeira ou falsa dependendo das crenças contextuais básicas em vigor em certo espaço e em certo tempo. Mas, isso, não apenas o cético não pode aceitar como a maioria das pessoas se recusaria a acreditar. Interpreta-se que do contextualismo nasce um relativismo, uma vez que não haveria nenhum tipo de padrão moral que universalizasse determinadas demandas, de modo que os princípios morais seriam arbitrariamente estabelecidos, onde nada seria *verdadeiramente* bom ou mau.

Para tentar responder às questões que o ceticismo lega ao contextualismo moral, de modo a expor uma perspectiva contextualista que não pode ser considerada imediatamente relativista, iremos nos apoiar sobretudo na perspectiva de Michael Williams, defensor de um contextualismo epistemológico wittgensteiniano e não relativista, que parece ir ao encontro do contextualismo moral de Timmons. Assim, como nossa investigação começou com bases

epistêmicas de justificação, iremos continuar o debate dentro da epistemologia, apontando como um contextualismo nesta área da filosofia pode responder o ceticismo, de modo a poder ser utilizada como argumento do debate moral. Para isso, é preciso mostrar como uma epistemologia tradicional é insuficiente para lidar com aquilo que é tido como conhecimento. A epistemologia tradicional estaria atrelada, até mesmo em sua semântica, a um caminho cético com relação à justificação.

EPISTEMOLOGIA TRADICIONAL E CETICISMO: DUAS FACES DA MESMA MOEDA

Ao expor, inicialmente, as distinções de possibilidade de justificação, apresentadas em *Moral Skepticism*, e suas exigências, apontamos para a necessidade de manter o que seriam “evidências”, com o fim de uma justificação possível sempre em conexão com a “verdade”. Esta referência à verdade é compreendida como uma referência a uma propriedade invariável, absoluta, garantida. A verdade se atrela a uma noção de objetividade do conhecimento, como se pudessemos acessar da maneira correta as fontes corretas e de lá extrair o mais puro e verdadeiro conhecimento (no caso cético, talvez, o único conhecimento possível). Quando pensamos na moralidade nos é impossível rastrear uma fonte de fatos morais propriamente ditos, que garantiriam tal absoluta certeza, como poderia ser desejado por uma corrente metaética realista. Este vocabulário epistemológico coloca em jogo muitos conceitos obscuros, tão debatidos ao longo da história da filosofia. Não depender de tamanha obscuridade conceitual parece ser uma saída contextualista que tentaremos defender.

Pode-se dizer da justificação ambicionada por Sinnott-Armstrong:

The conception of absolute justification we have been exploring goes with a comparably demanding

idea of what it is for epistemic standards to be ‘objective’. (...) The domain of epistemic facts that traditional epistemologists have purported to investigate is supposed to be not only theorizable but also autonomous. (...) thus it has traditionally been held that there is a basic observational vocabulary – compose of terms suitable for capturing our ultimate evidence – that is invariant, thus no subject to revision in the light of empirical developments. (WILLIAMS, 2007, p. 98).

O tipo de compromisso epistemológico com o qual tradicionalmente vem se empenhando a filosofia é um compromisso realista, que garante a existência de propriedades atomizadas, autônomas e independentes. Este compromisso parece não ser o caso em nenhuma circunstância, menos ainda no caso da teoria moral, uma vez que está preso a um ideário de racionalidade e logocentrismo. É a este compromisso que o cético parece se aliar em seus argumentos, tanto do regresso quanto da hipótese cética.

Mas, se pensarmos os compromissos de acomodação do contextualismo, doxástico e com relação a outras áreas de conhecimento, vê-se que o contextualista se encontra em uma perspectiva holística e não atomizada. Segundo Timmons: “*Atomism is opposed by reasons holism, according to which, whether a feature is morally relevant and carries a particular valence in some concrete circumstances depends on what other features are present on those circumstances.*” (TIMMONS, 2008, online).

Assim, o contextualismo não conseguiria responder à exigência cética acerca da necessidade de uma regra, capaz de especificar em quais contextos a hipótese cética seria relevante, pois não é possível formular uma regra! A formulação de uma regra como tal exigiria uma perspectiva atomista na qual o contextualista não se enquadra porque quer questionar. A proposta holística faz com que qualquer tipo de teorização seja sensível a outros aspectos que se apresentam no contexto, de modo a limitar este

desejo de fixidez. O cético, preso ao atomismo, encontra-se circunscrito em um ambiente puramente teórico, onde seus argumentos exigem a existência de solo positivo de certos tipos de propriedades. Como Williams bem aponta: “*The Skeptic – who might as well be the traditional epistemologist – wants to get at the underlying epistemological facts. And his assumption is that these owe nothing to agreement.*” (2007, p. 99).

Mas o campo da moral não é justamente o campo de relação com a alteridade, que exige uma dialética empírica¹⁰? Não é no campo dos juízos morais que necessariamente precisamos chegar a um acordo (o que pressupõe mais de uma perspectiva)? Quando se percebe o contextualismo como uma perspectiva holística, que não pode e não quer se firmar com os compromissos epistemológicos tradicionais, a exigência de que uma justificação se confirme epistemicamente, positivamente, adequadamente e impessoalmente perde o seu poder. A partir do contextualismo é possível compreender a moralidade como um aspecto prático que está, por isso, atrelada às circunstâncias do agente: sua cultura, sua linguagem, seus objetivos.

Respondendo às críticas feitas por Sinnott-Armstrong, Timmons escreve:

I don't have a full response to this challenge, but I think as a start, the contextualist will want to appeal to such factors as these: (a) *Purposes of inquiry*: an important part of the contextualist's story concerns the point or purpose of some particular form of inquiry. The trial jury is supposed to reach a verdict regarding the guilt or innocence of the accused. Given the norms that govern such proceedings, wild, skeptical alternatives are not relevant in this context. (b) *Information (including background information) that the believer ought to be aware of and make use of in the context.* (TIMMONS, 2008, *online*).

Tem-se, na proposição, um vínculo entre o errar e uma conjuntura que circunscreve as possibilidades de ação e de uso da linguagem

dos seres humanos. O erro, pode-se dizer, dá-se em um contexto. Existe uma legitimidade que permite que certas respostas sejam dadas e, como apontou Williams, há uma circunscrição do campo de legitimidade da própria pergunta, que vai de encontro com as teses apresentadas por Timmons: “*Challenges can also fail to be legitimate by being irrelevant to current concerns. So another potent source of epistemic entitlement is direction of inquiry.*” (TIMMONS, 1999, p. 102).

Levar em consideração a direção de investigação é levar em conta os objetivos e apenas se faz isso quando se tem em mente as informações necessárias, informações que circunscrevem a legitimidade do discurso no geral, de modo que é possível considerar a perspectiva cética como um questionamento inadequado das práticas epistêmicas, visto que é ilegítima sua pergunta quando desconsidera todos estes fatores, suas circunstâncias de aplicabilidade.

Visto isso, pode-se dizer que o contextualismo assume uma postura epistemológica mais flexível, na medida em que se atrela a um projeto de compreensão das práticas epistêmicas ordinárias, de modo a compreender o uso que se faz da semântica que coloca em jogo conceitos como “verdade”, “evidência”, “conhecimento”, “justificação”, assumindo uma postura mais ampla, que alcança a perspectiva prática, importante, sobretudo quando se trata de um discurso moral. Assim, assume-se uma postura mais descritiva do que teórica.

Retomando o artigo de 1996, pode-se compreender como se daria uma aproximação do ceticismo pirrônico do contextualismo. Sinnott-Armstrong escreve:

Since the judger's purpose affects which context or contrast class seem relevant, there is no way to specify which context or contrast class is *really* relevant for judgments of the form “S is justified in believing p” even if one adds “when S is in context C”.

Luckily, we don't need to solve this problem here. Regardless of which, if any, contrast class is (really)

relevant, we can still talk about justification relative to contrast classes. (SINNOTT-ARMSTRONG, 1996, p. 23).

Parece comum a ambos os autores assumir que as classes de contraste variam segundo contexto e que, assim, aquela crença que poderá ser considerada como justificada ou não também iria variar segundo o contexto. A distinção se dá, principalmente, entre o fato de que para o pirronismo de Sinnott-Armstrong, a epistemologia que se coloca em debate é, ainda, uma epistemologia tradicional, com base nas noções atomizadas de “evidência” e “verdade”. A justificação de uma determinada asserção feita por um agente moral, então, não pode ser feita. Não se considera uma proposição justificada, uma vez que, estando em operação classes de contraste, acerca das quais não se pode decidir qual a relevante, não se faz possível julgar como justificadas as proposições.

Entretanto, mesmo não sendo possível para este ceticismo que se decida qual classe de contraste é relevante, logo, não podendo atribuir justificação a uma proposição, reconhece-se que continuamos, ordinariamente, a operar por meio das classes de contraste. E é aqui que o contextualista parece realizar sua acomodação doxástica, na medida em que seria capaz de estar de acordo com a forma com a qual realizamos juízos morais cotidianamente. Enquanto o cético nega a possibilidade de justificação devido à impossibilidade de escolha da classe de contraste, o contextualista assume a justificação segundo classes de contraste que são estabelecidas contextualmente de modo mais flexível e não segundo uma epistemologia tradicional.

As classes de contraste com as quais se opera ordinariamente são partícipes da moralidade cotidiana. Não deliberamos com quais classes de contraste iremos operar, qual é a mais relevante, mas, apenas operamos segundo uma delas; de

modo que a justificação se dá em uma perspectiva engajada, uma perspectiva na qual se é interno a ela. Partilhamos certas informações e certos parâmetros, sendo que somos capazes de ajuizar como justificado ou não outro falante de nosso contexto e somos capazes de estabelecer conflitos genuínos. Uma vez que estamos engajados em determinada perspectiva e, somente em raros contextos, como os que poderíamos chamar de “filosóficos”, somos capazes de nos distanciar, de nos deslocar, de modo a sermos capazes de perceber uma justificação fora da nossa classe de contraste ou relativizando esta com relação a possíveis classes de contraste, antes não consideradas.

Questionam-se, assim, os padrões da epistemologia tradicional e o argumento cético em sua exigência robusta de justificação, ao mesmo tempo em que reconhecemos que, ao fazer uso do vocabulário moral, ainda parecemos atribuir a este um valor objetivo de verdade. Queremos resolver conflitos dentro de uma mesma cultura ou entre culturas diferentes e acreditamos que a investigação contra o relativismo é um passo a mais que se faz necessário em nossa investigação. Entretanto, até este presente texto, damo-nos por satisfeitos de ter explicitado como a justificação moral pode ser pensada com base em classes de contraste variáveis segundo contextos específicos, sendo que tal variação contextual não é um problema considerado ordinariamente. De modo que o ceticismo enquanto hipótese perene, capaz de excluir por negação a justificação de proposições morais, não figura como hipótese relevante para a prática da moralidade. Nossa *prática* moral de atribuição de justificação das proposições morais se dá em uma perspectiva engajada, na qual a classe de contraste relevante é como que internalizada segundo nossos padrões e exigências.

NOTAS

1. Aluna do curso de bacharelado em filosofia na Universidade Federal de Minas Gerais.
2. Para compreender melhor estas demarcações ver Sinnott-Armstrong, cap. 4. O autor aponta para como possuir uma crença verdadeira é insuficiente na caracterização de um conhecimento, de modo que, “(...), *the kind of justifiedness that will concern me is the kind that was traditionally supposed to turn true belief into knowledge.*” (p. 63).
3. A distinção entre desafios específicos e desafios genéricos é assim mencionada por Timmons em *Contrastivism, Relevance Contextualism, and Meta-Skepticism*, 2008.
4. Nesta parte inicial do trabalho, quando mencionamos “céticos” nos referimos a uma formulação geral de ceticismo do mesmo modo que Sinnott-Armstrong faz antes de caracterizar especificamente seu ceticismo pirrônico, o que faremos mais adiante.
5. Sinnott-Armstrong explicita que não é claro quais evidências são necessárias para que a verdade seja garantida, assim como admite a possibilidade de que seja possível estar epistemicamente justificado ainda que não-evidencialmente: “*Although this examples refers to evidence, it is controversial whether evidence is always necessary for epistemically justified belief.*” (p. 64). De qualquer maneira, se for possível uma justificação epistêmica sem evidências, o autor sustenta que o status desta justificação será o mesmo que o status de uma justificação evidencial, deverá estar necessariamente relacionada com a verdade.
6. São diversas as possibilidades de teoria meta-ética que visaram fornecer uma possível resposta para a justificação de sentenças morais: intuicionistas, naturalistas, normativistas, contextualistas e coerentistas. Exemplos desta empreitada que serão mencionados pelo autor ao longo do texto. Como nosso foco será um debate com o contextualismo, não entraremos em maior detalhe às críticas presentes no livro às outras correntes.
7. Como resposta a este argumento, têm-se as mais diferentes tentativas metaéticas de parar o regresso, seja por meio do suporte de crenças não morais (naturalismo), de um fundamento *a priori* (fundacionismo), ou por uma corrente de crenças (coerentismo).
8. Em um artigo intitulado *Moral Skepticism and Justification*, de 1996, publicado no livro *Moral Knowledge?*, Walter Sinnott-Armstrong já esboça seu posicionamento que será defendido na obra *Moral Skepticism*, a nosso ver, dando mais margens para críticas à própria postura cética acadêmica, quando aponta para o problema do niilismo como classe de contraste relevante. Ver p. 15.
9. Há, também, uma referência explícita ao contextualismo de Timmons na nota de rodapé nº22: “*More limited forms of contextualism, such as that developed by Mark Timmons in this volume, might not be subject to the objections in the text, but then it is not clear that they are incompatible with moral skepticism.*”
10. A expressão “dialética empírica” é utilizada aqui visando apontar o caráter pragmático da moralidade na medida em que as perspectivas morais constituem indicativos de modos para ação, dizem respeito a uma prática e a um engajamento com o meio em que os indivíduos se encontram e no qual dialogam.

REFERÊNCIAS

- SINNOTT-ARMSTRONG, Walter. “Moral Skepticisms”. New York, Oxford University Press, 2006.
- TIMMONS, Mark. “Morality Without Foundations – A Defense of Ethical Contextualism”. New York, Oxford University Press, 1999.

TIMMONS, Mark. "Contrastivism, Relevance Contextualism, and Meta-Skepticism". In: *Philosophy and Phenomenological Research*. Vol. 77, Nr. 3, Novembro de 2008, p. 802-810 [Online]. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1933-1592.2008.00224.x/abstract>

WILLIAMS, Michael. "Why (Wittgensteinian) Contextualism Is Not Relativism". In: *Episteme: A Journal of Social Epistemology*. Vol. 4, Issue 1, 2007. Cambridge Journals Online. Disponível em: <http://journals.cambridge.org/action/displayJournal?jid=EPI>

Walter Sinnott-Armstrong (ed.), Mark Timmons (ed.). "Moral Knowledge? – new readings in moral epistemology". New York, Oxford University Press, 1996. SINNOT-ARMSTRONG, Walter. "Moral Skepticism and Justification". In: W. Sinnott-Armstrong (ed.), 1996. P. 3-48.

Walter Sinnott-Armstrong (ed.), Mark Timmons (ed.). "Moral Knowledge? – new readings in moral epistemology". New York, Oxford University Press, 1996. TIMMONS, Mark. "Outline of a Contextualist Moral Epistemology". In: W. Sinnott-Armstrong (ed.), 1996. P. 293-325.